

A POLÍTICA QUE ENFORCA: SILENCIAMENTO E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA MULHERES NO PODER

Ana Beatriz Duarte Rabelo Lima¹, Matheus Barbosa de Oliveira², Michele Pereira Vilas Novas³, San Thiago de Araújo e Silva⁴

¹Estudante do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: ana.lima31@estudante.ifto.edu.br

²Docente do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: matheus.oliveira@ifto.edu.br

³Docente do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – IFTO. Orientadora. e-mail: michele.novas@ifto.edu.br

⁴Docente do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio – IFTO. e-mail: san.silva@ifto.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Uma frase, dita no calor de um debate político, pode carregar séculos de opressão. Em maio de 2025, no plenário do Senado Federal, a ministra Marina Silva foi ofendida por um senador¹, que no ano de 2023 já tinha usado a expressão “enforçar”² para se referir à ministra. Não foi apenas um insulto. Foi um ato simbólico que resgatou velhos mecanismos de intimidação, reafirmando que, para muitas mulheres, ocupar um espaço de poder ainda significa enfrentar discursos que tentam enquadrá-las, calá-las e empurrá-las de volta ao lugar onde a ordem patriarcal lhes reservou.

Este estudo parte da compreensão de que o discurso político é um campo de disputa, em que palavras e gestos legitimam ou silenciam vozes. A violência simbólica, quase sempre velada, se infiltra em piadas, ofensas e insinuações, sustentando desigualdades sem precisar nomeá-las diretamente. Para isso, foi realizado um estudo discursivo arqueogenalógico, entendendo o discurso como prática social e tecnologia de poder (Foucault, 2013; 2021) capaz de organizar relações e definir quem pode falar e sob quais condições. Além disso, foi estabelecido um diálogo com Bourdieu (2002), para quem a violência simbólica se mantém justamente por se apresentar como natural, com autoras como Butler (2021) e Ribeiro (2019), que exploram a persistência das desigualdades de gênero nas estruturas de poder, e também, com Braga e Piovezani (2025) que apresentam os silenciamentos e resistências femininos.

2 OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é analisar como o discurso político, articulado a dispositivos de gênero, reforça o silenciamento e a violência simbólica contra mulheres em espaços institucionais, tendo como referência o caso da ministra Marina Silva. Ao fazê-lo, o trabalho busca contribuir para o debate acadêmico sobre gênero, poder e linguagem, além de oferecer subsídios para pensar estratégias de resistência e ampliar a participação feminina na política.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho adotou uma abordagem qualitativa, baseada nos estudos discursivos arqueogenalógicos desenvolvidos por Michel Foucault. Essa escolha se deve ao entendimento de

¹ https://www.youtube.com/watch?v=2siw6w_K0VI vídeo que retrata as agressões verbais à Ministra Marina Silva.

² <https://www.youtube.com/watch?v=X541kvyKJw8> vídeo do senador sobre “enforçar” a Ministra Marina Silva.

que o discurso não apenas reflete a realidade, mas atua ativamente na produção de saberes, na regulação de comportamentos e na manutenção de relações de poder.

O corpus da pesquisa é formado por falas proferidas contra mulheres em espaços institucionais, tomando como referência o caso da ministra Marina Silva. Esse recorte foi escolhido pela força simbólica e repercussão do episódio, que demonstra como enunciados carregados de ameaça e deslegitimação se dirigem às mulheres que alcançam posições de destaque político.

A análise ocorreu em duas etapas. Primeiro, os enunciados foram descritos e contextualizados, observando elementos linguísticos e gestuais que reforçam a tentativa de silenciamento. Em seguida, os dados foram interpretados à luz dos conceitos de poder, dispositivo e violência simbólica (Foucault, 2021a; 2021b; Bourdieu, 2002), buscando compreender como tais práticas discursivas se articulam a um sistema mais amplo de desigualdades de gênero.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Michel Foucault (2013), o discurso não é apenas um meio de transmitir ideias, mas uma prática social que participa da constituição da realidade. O autor ainda reitera que falar é também exercer poder, já que todo enunciado distribui posições de autoridade, define fronteiras sobre o que pode ou não ser dito e regula quais vozes ganham legitimidade.

Episódios de demonstração de autoridade e regulação do que pode ou não ser dito, são frequentes em espaços públicos. Como exemplo, durante uma sessão na Câmara de Aparecida de Goiânia-GO, em fevereiro de 2022, a vereadora Camila Rosa (PSD) teve sua fala interrompida pelo vereador e presidente da Câmara, André Fortaleza (MDB), que, por discordar da fala da colega, reagiu de forma agressiva, “Eu sou o presidente!”, “Corta o microfone dessa vereadora para mim. Agora!” (Metrópolis [...], 2022).

Outro caso de igual teor, aconteceu em março de 2024, durante uma sessão na Câmara de Cassilândia-MS. A vereadora Samara Leal (PDT), durante sua fala em homenagem ao dia das mulheres, teve seu microfone desligado pelo vereador e presidente da Câmara, Arthur Barbosa (União Brasil), que afirmou que “Querida ainda dizer que outras (mulheres), se usassem o restante do corpo para trabalhar em prol da sociedade, igual usam a língua para difamar o município, seria melhor!” (Santos, 2024).

Nesses episódios, tanto a linguagem verbal quanto os gestos corporais reforçam o silenciamento das vereadoras. As interrupções, os gritos de autoridade e o corte do microfone funcionam como estratégias de poder que tiram delas o direito de fala e reafirmam quem pode ser ouvido. Como destacam Ribeiro (2019) e Spivak (2010), as oportunidades de falar, e, sobretudo, de ser escutado, são distribuídas de forma historicamente desigual. Essa mesma lógica atravessa os ataques dirigidos à ministra Marina Silva, marcados por tentativas de deslegitimação de sua voz.

Em maio de 2025, durante uma audiência da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, foi atacada pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM), que em 2023 já havia declarado a vontade de “enforcá-la”. O uso desse verbo carrega forte carga simbólica, pois ainda que empregado de forma retórica, evoca imagens de punição física e atua como ameaça velada. Com base em Foucault (2021b), compreendemos que se trata de uma técnica de sujeição que delimita implicitamente o espaço de ação da ministra. Na leitura de Bourdieu (2002), entendemos que essa prática discursiva configura violência simbólica, uma vez que impõe inferioridade e vulnerabilidade sem recorrer à agressão direta.

Na mesma audiência, em maio de 2025, a fala do senador Marcos Rogério (PL-RO), ao ordenar que a ministra “ponha-se no seu lugar”, reforça esse processo de sujeição por meio do imperativo. O comando remete a um espaço socialmente construído e historicamente regulado, no qual a presença da mulher é tolerada apenas dentro de fronteiras rígidas. Para Butler (2021), esse “lugar” é uma performance normativa, e uma mulher que ousa ultrapassá-lo ameaça a ordem estabelecida e, por isso, deve ser “corrigida” publicamente. Foucault (2021b), mostra como dispositivos e técnicas disciplinares operam no cotidiano, inclusive nas instituições políticas.

O riso coletivo que acompanha essas agressões também opera como forma de violência. Mais do que simples reação, o riso naturaliza a ofensa e transforma o ataque em espetáculo. Como lembra Foucault (2021a), gestos e ritmos sociais integram a microfísica do poder e, nesse caso, o riso reforça a humilhação e legitima a conduta agressora.

Esses episódios revelam que não se trata apenas de agressões isoladas, mas de práticas discursivas que silenciam e delimitam a presença das mulheres na política. O verbo violento, as ordens para “desligar o microfone” e “se colocar no lugar”, além do riso que naturaliza a ofensa, funcionam como dispositivos de poder que regulam quais vozes podem ser ouvidas e em que condições (Foucault, 2021a; 2021b). Como destacam Braga e Piovezani (2025), mesmo diante de um cenário de dominação masculina, emergem movimentos de resistência, nos quais mulheres reafirmam sua presença e transformam o silêncio imposto em possibilidade de luta coletiva.

As falas dirigidas a Marina Silva e a tantas outras mulheres em espaços institucionais, reforçam uma estrutura de desigualdade de gênero que busca manter mulheres fora de posições de autoridade. Braga e Piovesani (2025), refletem sobre o poder da dominação masculina que sempre afastou mulheres da vida política. Os autores afirmam que embora sejam muitos os enfrentamentos, também são muitas as revoltas das mulheres, cujos corpos e vozes insistem em permanecer. Reconhecer os silenciamentos como parte de um sistema mais amplo é essencial para compreender a persistência das hierarquias e pensar formas de resistência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise nos mostrou que o discurso político não é neutro, pois atua como atua como tecnologia e poder capaz de produzir exclusões e impor silenciamentos. Os casos examinados mostram como palavras, ordens e até o riso podem se articular como dispositivos que intimidam e reduzem a legitimidade da atuação feminina em espaços institucionais. Foucault nos ajuda a compreender esses mecanismos como práticas de sujeição que moldam comportamentos, enquanto Bourdieu revela sua inscrição como violência simbólica, sustentada pela aparência de naturalidade.

Contudo, é igualmente importante reconhecer que esses ataques não encerram a narrativa. Como apontam Braga e Piovezani (2025), há resistências que se manifestam nos corpos e nas vozes das mulheres que persistem no espaço político, apesar das tentativas de silenciamento. O enfrentamento não é apenas individual, mas coletivo, abrindo caminhos para deslocar a ordem que insiste em manter a política como território masculino.

Assim, compreender a violência simbólica e o silenciamento não significa apenas descrevê-los, mas reconhecer a urgência de estratégias que ampliem a participação feminina e tornem as instituições mais democráticas e plurais. Esse exercício crítico fortalece o campo acadêmico e contribui para práticas políticas que legitimem as vozes das mulheres na esfera pública.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRAGA, Amanda; PIOVEZANI, Carlos. **A fala feminina: silenciamentos e resistências**. 1. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2025.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 45. ed. Petrópolis: Vozes, 2021b.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2017.
- VEREADORA tem microfone cortado ao defender mulher na política. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (1 min) Publicado pelo canal Metrópolis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bdRiqHQfuis> Acesso em 05 ago. 2025.
- SANTOS, Aline dos. Vereador que mandou colega “usar corpo como usa a língua” é condenado. **Leste News MS**, 21 ago. 2024.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.